



A ERA DA INCERTEZA

Principais economias deram tímidos sinais de recuperação, mas o mundo volta a se preocupar com a iminência de novo abalo econômico

Incerteza. Esta é a palavra de ordem que melhor define o cenário econômico mundial nos próximos meses – ou anos. Depois da crise que começou em 2008 e teve seu maior impacto em 2009, as principais economias do planeta deram sinais de recuperação em 2010. Parecia que o pior havia passado. Exagerou-se no otimismo. Uma crise, provavelmente de maiores proporções, está à vista no horizonte próximo. Tendo a Grécia à frente, vários países da União Europeia (UE), como Portugal e Irlanda, e até economias maiores como Espanha e Itália, estão com

dificuldades e pedem ajuda. Nem a nação mais rica do Globo, os Estados Unidos, está a salvo. Ao contrário, suas dificuldades poderão arrastar vários outros países para o epicentro do terremoto financeiro que parece prestes a sacudir o mundo.

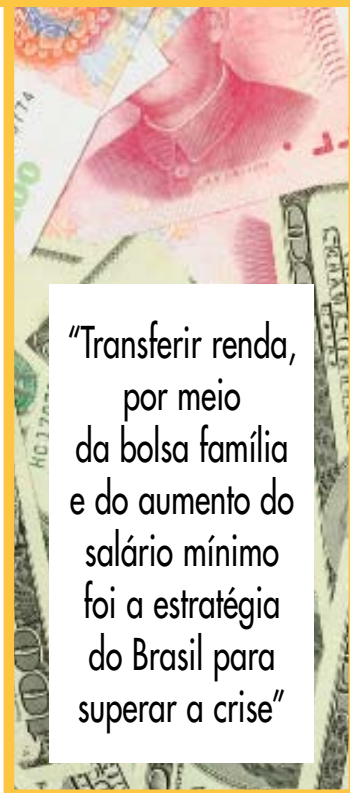
Os sinais estão à vista. A produção industrial desacelerou em todo o mundo. Globalmente, o crescimento econômico é o menor desde o início da recuperação há quase dois anos.

Um relatório da ONU sobre a produção industrial mundial, divulgado no início

de setembro, mostra que seu crescimento no segundo trimestre de 2011 foi de 5,2% em comparação ao mesmo período em 2010. Esta taxa foi menor, no entanto, do que a registrada no primeiro trimestre deste ano, que chegou a 7,5%. É um sinal de que o ritmo de recuperação da economia mundial em relação à crise de 2008 pode estar diminuindo. As expectativas do início do ano para uma recuperação sustentada foram atenuadas por uma redução no dinamismo do consumo privado global e do comércio internacional durante o segundo trimestre.

Para o economista Delfim Neto, que foi ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento durante o regime militar, essa situação deve perdurar por algum tempo. “Caminhamos para um período de crescimento muito lento”, disse recentemente, num debate promovido pela revista *Carta Capital*, com o também economista Luiz Gonzaga Belluzzo. “A Europa vai ter de escolher se quer mesmo ser uma federação ou se racha. O custo de desfazer a União Europeia seria muito alto, mas sabemos que, quando as coisas não funcionam, desmontam mesmo. Seria uma tragédia política. Quanto aos Estados Unidos, acho que vai demorar um pouco menos para saírem dessa situação. Eles já estão construindo uma nova economia, menos dependente do petróleo”.

Para o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Antônio Lanzana, a situação que o mundo vive hoje tem a ver com o que aconteceu depois da crise de 2008 e a estratégia utilizada pelos países para sair dela. “A maioria tentou recuperar



sua economia expandindo o gasto público”, explica. “Na realidade, é uma estratégia parecida com a que se usou na crise de 1929. A ideia é baixar os juros e aumentar crédito. Mas se a economia não reage, a opção que resta é aumentar as despesas públicas. Cada país usou essa estratégia de uma forma diferente”.

A China, por exemplo, aumentou seus gastos fazendo obras de infraestrutura. Isso cria emprego e as pessoas consomem mais, o que leva ao crescimento da economia. No caso dos Estados Unidos, eles gastaram dinheiro tentando socorrer bancos e grandes empresas. Já na Europa, ainda

segundo Lanzana, alguns países já estavam com déficit e dívidas razoavelmente elevados e, quando expandiram os gastos públicos, para se recuperar, ficaram em situação fiscal insustentável. “O déficit e a dívida aumentaram e ficaram muito altos” – explica o economista.

A partir daí, segundo Antonio Lanzana, os problemas começaram a aparecer. Ele lembra que de acordo com o Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia (TUE), os países da zona do euro se comprometeram a manter um déficit público de, no máximo, 3%, e uma dívida de 60% do PIB. “Aí você olha os dados de 2010, e verifica que a Grécia tinha 15% de déficit público e uma dívida de 130%”, diz. “Outros países estavam – e muitos ainda estão – em situação igualmente grave. Portugal, por exemplo, tinha 9,1% de déficit e 88% de dívida; Irlanda 8,6% e 93,6%, respectivamente; Espanha, 7,5% e 63%; e Itália, 5,3% e 118%. Ou seja, se o tratado estivesse sendo seguido à risca, todo mundo teria que ser expulso. E o único sobrevivente, assinala o analista, seria a Alemanha.

Já com relação ao Brasil, Lanzana, que foi consultor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) durante 27 anos, diz que o País saiu da crise de 2008 transferindo renda, por meio do Programa Bolsa Família, do aumento do salário mínimo e da remuneração dos aposentados e funcionários públicos. “Essa foi a estratégia para superar a crise”, diz. Situação bem menos drástica do que vem acontecendo no resto do mundo.

Horizonte complicado

O que aconteceu na União Europeia, por exemplo, é que os países gastaram muito e a economia parou de cair, mas não cresceu quase nada. Os números falam por si. Em 2009, o PIB da zona do euro teve queda 4,4%. Em 2010, os gastos foram grandes, mas a economia só cresceu 1,7%.

No caso da Grécia, Portugal e Irlanda, a União Europeia resolveu socorrê-los. “Só que socorrer Grécia, Portugal e Irlanda é fácil”, diz Lanzana. “Arredondando, cada um recebeu da UE mais ou menos 100 bilhões de euros”. Mas resolver a situação da Espanha e da Itália não será tarefa assim tão fácil. Estima-se que os espanhóis precisariam de uns 550 bilhões de euros, e os italianos de 750 bilhões. Não há dinheiro para fazer esse socorro. “Vão ter que fazer um ajuste monstruoso, o que significa que terão que cortar gastos”, explica o professor da FEA. “A Europa não vai crescer mais. Ou fica estagnada ou até pode ter alguma recessão” – advertiu.

Simultaneamente, do outro lado do Atlântico, a economia americana tem um quadro mais ou menos parecido. Os Estados Unidos também exageraram no déficit e na dívida. O déficit público nos Estados Unidos hoje é de cerca de 9% do PIB e a dívida com relação ao Produto Interno Bruto gira em torno de 95%. “O país tem uma tradição de fazer déficit e dívida e depois pagar”, explica Lanzana. “Mas o conflito no congresso americano exacerbou os fatos. Para permitir

a elevação do teto da dívida, impuseram um forte corte de gastos públicos para os próximos anos”.

A consequência disso é que a economia americana vai desacelerar ou pode até entrar em recessão. Para piorar a situação, a Standard & Poor's, uma agência de classificação de risco, resolveu rebaixar a nota da dívida americana. A avaliação é que, mesmo com esse corte de gastos, a economia deve crescer menos e o governo americano terá que cortar mais do que está anunciado. Na verdade, de acordo com o economista William Handorf, ex-diretor do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), a economia americana só vai voltar a crescer, na melhor das hipóteses, em 2013. “Até lá, a taxa de desemprego continuará elevada (hoje está na casa dos 10%)”, disse ele durante recente passagem por São Paulo. “Será uma recessão longa e severa”, a propósito, foi o título da palestra que ele proferiu na capital paulista.

Para Lanzana, esse conjunto de cenários, a gravidade de situação na Europa e a forte contração de gastos públicos nos Estados Unidos, será o estopim da crise. “Por isso, hoje a palavra de ordem é incerteza, o que tende a reforçar a paralisação da economia”, diz. De acordo com ele, as dúvidas existem, porque não se sabe como os Estados Unidos vão sair dessa situação. O país não tem muita margem de manobra. “Por causa da política fiscal não pode aumentar gasto e o juro já está em praticamente zero, ou seja, não dá para baixar”, explica. “Não tem muito para onde correr”.

A crise não se limita, no entanto, à Europa e aos Estados Unidos. A China, um dos países que mais crescem no mundo, também não ficará incólume. Segundo analistas, seu crescimento deverá desacelerar um pouco. Como grande parte dele se deve às exportações, o país será afetado pela retração da economia dos países importadores, pois deverão reduzir suas importações. Outro problema enfrentado pelo gigante asiático é uma inflação nada

desprezível, em torno de 6,5%, índice muito alto para o país. A razão é simples: o povo chinês tem um nível de renda muito baixo, consome muito alimento e a inflação pode criar uma certa instabilidade social. Não que a China vá parar de crescer, mas deve diminuir o ritmo. As previsões indicam queda na taxa de crescimento, de 10% ao ano para 8%. Uma das consequências dessa retração, que pode afetar diretamente o Brasil, é a diminuição da compra de *commodities* pelos chineses, o que deve levar a uma reacomodação, para baixo, dos preços.

Menos crédito

Além de todas essas dificuldades, a maioria dos países do mundo terá que lidar ainda com uma redução mundial de crédito, que deve ocorrer nos próximos meses. Bancos que tinham facilidade de captar dinheiro, hoje não têm mais. A queda dos investimentos, assim, será outra consequência da crise que se avizinha. O resultado da equação é bem conhecido: a desaceleração do crescimento na maioria das nações. A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) era que os países desenvolvidos cresceriam, em média, 2,5% este ano.

Antonio Lanzana acredita que o Brasil tem condições favoráveis de enfrentar a crise. “Não seremos uma ilha de prosperidade em um oceano turbulento, mas dispomos de mecanismos um pouco mais favoráveis de enfrentamento da crise do que a maioria dos outros países afetados. Em primeiro lugar, temos 350 bilhões de dólares de reservas, o que não é pouco. Em segundo, possuímos um sistema financeiro extremamente sólido e não há risco de alguma instituição quebrar aqui dentro. Terceiro, nós temos uma taxa de juro alta, o que pode

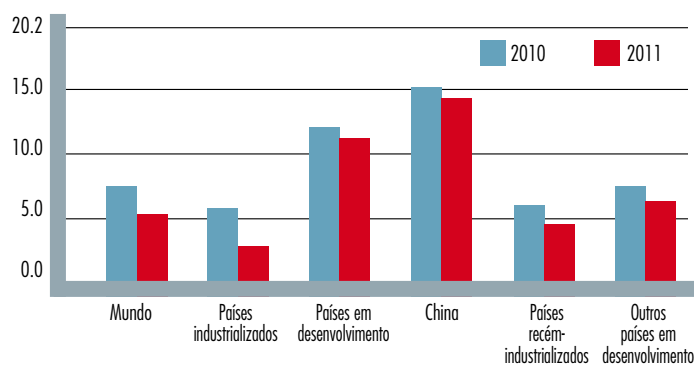
ser um trunfo. Reclamamos que o custo do dinheiro é alto, mas, em um momento desses, quando a atividade econômica desacelera, a diminuição da taxa pode funcionar como um instrumento de reversão do quadro”, argumenta o economista.

Para o presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul (AARS), José Antonio Martins, o Brasil, apesar dos problemas que tem, como o risco de desindustrialização, está em ótima situação para enfrentar a crise, que está a caminho. “O mundo todo olha o Brasil e vê nossa situação extraordinária, com US\$350 bilhões de dólares de reservas, cerca 6% de desemprego, o que é quase pleno emprego, e ainda R\$440 bilhões de reais em depósitos compulsórios nos bancos, dinheiro que o governo tem na mão”, diz “Vê também estabilidade política, a maior rede hídrica de água doce do mundo, a maior reserva florestal, a maior área agricultável, as maiores reservas de *commodities*, como minerais (minério de ferro, bauxita). Além disso, não enfrentamos fenômenos como terremotos, por exemplo”.

Paradoxalmente, essa situação privilegiada também causa problemas para o País. Segundo Martins, o investidor olha o Brasil e pensa “esse país com tudo isso ainda está

COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MANUFATURADOS 1º e 2º trimestre de 2010 e 2011

Taxas de crescimento em % em relação ao mesmo período de 2010



Fonte: UNIDO Statistics

pagando 12% de juros ao ano, eu vou empregar o meu dinheiro lá. Então, diariamente entram toneladas de dinheiro no Brasil, que empurram o dólar pra baixo e fazem sobir o valor do Real”, diz. “Como o governo vai estancar isso é um problema”. Dólar baixo, barateia as importações e encarece as exportações, o que é ruim para a economia do País.

Opinião parecida tem o diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch. Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 30 de agosto, ele afirmou que “o Brasil, que passou praticamente ileso pela crise 2008/9, tem tudo para se sair bem novamente nesta segunda onda”. Para o empresário, é necessário fazer as lições de casa novamente, tarefa que, aliás, cumprimos à risca três anos atrás. “É preciso preservar o crédito, estimular o consumo interno e desonerar a produção de itens estratégicos de consumo”. Ainda segundo Steinbruch, entre os trunfos do Brasil estão “o enorme mercado interno e as chances de ampliar a produção em setores cuja demanda mundial continuará relativamente firme, como o de *commodities* em geral e o de petróleo, em particular”.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, também vê as perspectivas do Brasil diante da crise com otimismo. Segundo ele, o Brasil tem melhores condições para superar os efeitos da crise por causa do sucesso da aplicação da política fiscal. “Somos um dos poucos países do G20 com déficit nominal abaixo de 2% [do Produto Interno Bruto]”, declarou. “Há cinco ou seis países do mundo que têm esse emblema para mostrar. Temos responsabilidade fiscal acima da média dos outros países”.

O otimismo de Pimentel não o impede de ver os desafios que o Brasil ainda tem a superar. O primeiro deles é fortalecer a indústria nacional, para enfrentar a disputa “predatória” com os produtos estrangeiros. Para isso, é necessário aumentar a competitividade e a produtividade das empresas brasileiras. Nessa

linha, segundo o ministro, o governo pretende usar “três alavancas”, dentro das ações do Plano Brasil Maior: inovação, com ciência e tecnologia aplicada ao processo industrial; tratamento adequado à produção local e defesa comercial ativa para reduzir o espaço da concorrência desleal.

“Vamos ter de buscar solução para os desafios que estão colocados”, disse o ministro. “Toda solução econômica passa por uma instância política e uma negociação política”. Pimentel aproveitou sua passagem pelo Senado para pedir a aprovação da proposta do senador Romero Jucá, que reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais. “Esta emenda precisa ser votada para resolver a questão da guerra fiscal que interfere na situação econômica dos Estados e de todo o Brasil”, declarou.

Mas esses não são os únicos gargalos que o Brasil precisa superar para se desenvolver plenamente. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, o país enfrenta diversos problemas, devido a precariedade da infraestrutura. Outro problema é o preço da energia. Apesar de a geração de energia predominante no País ser a hidrelétrica, a conta paga pelo consumidor final é a terceira mais cara numa comparação internacional.

O professor Lauro Durães, coordenador do curso de Engenharia de Produção do Ibmec, concorda e destaca, entre as dificuldades apontadas, o peso da questão dos transportes na equação. De acordo com ele, o principal modal de transporte no Brasil ainda é o rodoviário que, por sua própria natureza, não é o mais eficiente. Além disso, o parque rodoviário brasileiro é seriamente comprometido pela deterioração das estradas e dos próprios veículos. As consequências dessa logística inadequada são notórias: estoques em trânsito, que não só comprometem uma parcela do capital de giro, mas geram custos

extras e aumentam o tempo para que a matéria-prima se transforme em produto acabado. Durães acrescenta que o escoamento da produção também enfrenta obstáculos: “Ele é prejudicado por uma estrutura cuja capacidade é nitidamente inferior à necessária. E os portos brasileiros são um bom exemplo nesse caso” – acrescenta.

Carência de profissionais

Há algum tempo, o país convive com uma carência de profissionais qualificados no país. “Notamos o fenômeno não só na indústria e nos grandes prestadores de serviço, mas também quando o cidadão comum deseja reformar sua casa”, diz Durães. Segundo o professor do IBMEC, o Brasil só vai manter um desenvolvimento sólido e sustentável se investir na formação daqueles que compõem a massa trabalhadora do país. “Hoje, o Brasil não forma a quantidade necessária de bons profissionais para nenhum nível da chamada pirâmide organizacional” – sublinhou Lauro Durães.

Apesar das dificuldades, no entanto, o saldo é positivo. Levando em conta os prós

e os contras – nossas deficiências e nossas vantagens – a percepção de muitos especialistas é de que o Brasil não só tem condições de enfrentar a crise que está no horizonte, como de se destacar nos próximos anos como uma das maiores e mais bem sucedidas economias do planeta. Nesse sentido, o diplomata Sérgio Amaral, que foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2001 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, lembrou, em palestra proferida em maio, que “a competição do século não é uma corrida de 100 metros, mas uma maratona”.

A largada, segundo Amaral, foi dada com o fim da Guerra Fria e com a globalização. O objetivo dessa corrida para alguns é substituir os poderosos de hoje – leia-se Estados Unidos e União Europeia. Já outros olham o período de transição ora em curso de forma mais realista. Segundo estes últimos trata-se de abrir as portas para um condomínio mundial mais representativo. O ex-ministro Sérgio Amaral é um deles. De acordo com ele, os BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China – têm boas credenciais

PRODUÇÃO FÍSICA BRASIL – ÍNDICES ESPECIAIS DE BENS DE CAPITAL

Índices Conjunturais da Indústria – Brasil – Julho/2011 Síntese dos Resultados Variação (%) Bens de Capital

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal (1)	Acumulada	
		No Ano (2)	12 meses (3)
Bens de Capital Para Fins Industriais	11,51	3,84	8,59
Bens de Capital Para Fins Industriais Seriadados	10,20	3,09	9,48
Bens de Capital Para Fins Industriais Não-Seriadados	19,32	8,09	4,00
Bens de Capital Agrícolas	-14,59	-7,44	0,31
Bens de Capital Peças Agrícolas	-1,29	13,54	14,24
Bens de Capital para Construção	12,69	17,99	28,65
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	-7,56	-7,21	-7,15
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	11,48	13,27	17,35
Bens de Capital de Uso Misto	-8,53	-2,46	-1,43

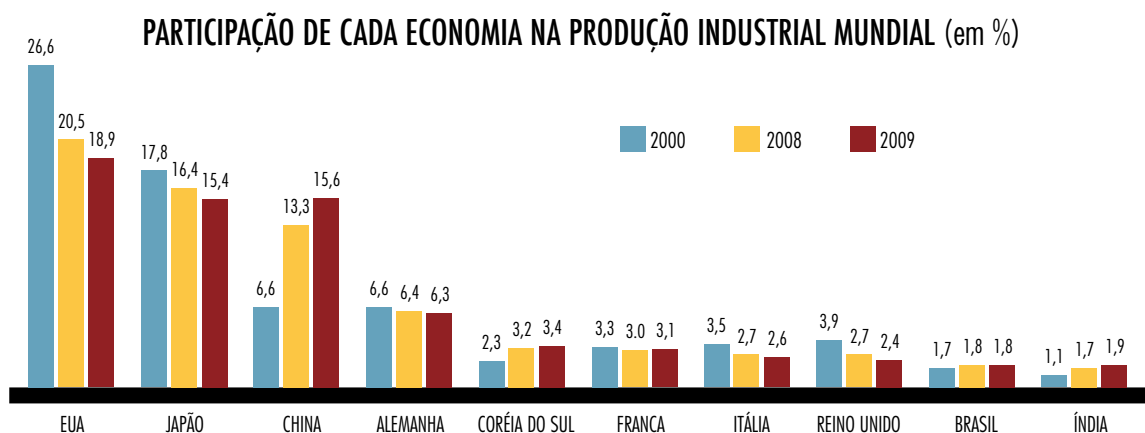
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

(1) Base: Igual mês do ano anterior = 100 (2) Base: Igual período do ano anterior = 100 (3) Base: Últimos 12 meses anteriores = 100

para subir ao pódio dos vencedores na maratona do século. “China e Índia seguem no pelotão da frente e o Brasil reúne condições para incorporar-se a este grupo”, avalia. A Rússia, acrescenta, não é propriamente um país emergente, mas uma potência declinante, que busca recuperar o poder que já teve. “Já a África do Sul está iniciando a corrida com atraso e seu potencial é menor. Seu PIB representa menos do que 20% do PIB brasileiro”.

Para Amaral, o Brasil tem condições de ser um ator central em alguns dos grandes desafios do século XXI: segurança alimentar, segurança energética e segurança ambiental, pois detém a maior biodiversidade do mundo. “Nossos concorrentes enfrentam dificuldades em vários tópicos”, declarou. “São dependentes da importação de alimentos e terão de comprar ainda mais, com a migração de grandes contingentes populacionais para a cidade; são dependentes em energia, sobretudo petróleo; e, por fim, já enfrentam significativas pressões ambientais. Fazendo um balanço dos ativos e dos passivos, o Brasil não sai mal na foto. Dispomos de um considerável mercado, temos crescido mais, estamos promovendo a inclusão social, somos atores relevantes em temas centrais da agenda do século XXI e preservamos a tranquilidade social e nas fronteiras”.

Sérgio Amaral não se furta a apontar as desvantagens do Brasil em relação a seus competidores. A principal, segundo ele, são as taxas baixas de crescimento, comprometidas por três fatores bastante conhecidos: custo de produção elevado, um déficit na infraestrutura e outro na educação. O ex-ministro resumiu da seguinte forma a questão da competitividade e sua relação com o nosso futuro: “Se o Brasil continuar assim, corremos o risco de ficar para trás nesta corrida e perder uma oportunidade que é única”. Amaral detém uma visão mais sistêmica do processo em curso no mundo – não só por ter ocupado um ministério da área econômica, mas, principalmente, por ser um homem da diplomacia e conhecer a fundo o funcionamento dos fóruns internacionais onde as questões políticas e econômicas são decididas. Sua opinião pode ser resumida em uma única premissa: “não podemos aceitar a primarização da economia e, por isso, só nos resta aumentar a competitividade”. Para Sérgio Amaral, esta questão toca o centro do nosso projeto de desenvolvimento, ou a falta dele. Por isso, ele finaliza sua análise com uma advertência: “não devemos continuar a alimentar a auto complacência diante de um cenário internacional que é imprevisível e pode reservar surpresas”.



Fonte: ONU

CUSTO BRASIL TRAVA O PIB

Um dos responsáveis pela baixa competitividade das indústrias brasileiras é, sem dúvida, o chamado Custo Brasil. De acordo com o presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul (AARS), José Antônio Martins, um dos principais fatores é a alta carga tributária do País, que hoje está em torno de 38%. “Depois vêm os juros (Taxa Selic), que após redução de 0,5 pontos percentuais decidida pelo Banco Central no final de agosto, está em 12%, ainda uma das mais elevadas do mundo”, critica. “Há também os encargos de leis sociais sobre a folha de pagamento, que hoje devem andar em 102% daquilo que o empregado recebe”.

O Custo Brasil inclui ainda uma logística que deixa muito a desejar, tanto na área de superfície rodoviária, como no transporte ferroviário e no setor portuário. “Todos esses fatores somados fazem com que o Brasil tenha um custo muito elevado para as empresas”, diz Martins. “Em outros países, como Índia e China essas despesas são substancialmente menores. Além de todos esses problemas, as empresas exportadoras têm de enfrentar um dólar desvalorizado em relação ao real. Então, dólar ruim mais esse Custo Brasil elevado fez com que o país fosse aos poucos se desindustrializando”.

Os gastos e entraves causados pela burocracia brasileira são outros quesitos que podem ser incluídos na conta do Custo Brasil. Com informações disponíveis do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do

Fórum Econômico Mundial para um grupo de 131 países, um estudo da LCA Consultores mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante, poderia passar dos atuais US\$10 mil para US\$21,6 mil, e atingir níveis de países como Coreia do Sul e Portugal, se fossem reduzidas as ineficiências e a burocracia que também afetam a competitividade do País.

O levantamento mostra ainda que a falta de infraestrutura e a complexidade do sistema tributário exigem 2.600 horas por ano das empresas só para pagar impostos. Isso faz do País o campeão mundial nesse quesito. Para comparação, a média de horas gastas para a mesma tarefa pelo grupo de 131 países é de 284 horas. Por causa disso, o PIB per capita do Brasil é reduzido em US\$8,1 mil em relação à média dos 131 países. O levantamento concluiu também que, se o Brasil tivesse indicadores para esses quesitos equivalentes à média desse grupo de países, conseguiria agregar US\$11,6 mil ao



“Sistema tributário e falta de infraestrutura obrigam empresas a gastar 2.600 horas por ano só para pagar impostos”

PIB per capita anual.

O tempo gasto para conseguir licenças em geral é outro ponto que aumenta o custo Brasil e prejudica a competitividade do País. De acordo com o estudo da LCA Consultores, as empresas brasileiras gastam 411 dias com os trâmites burocráticos, ante a média de 210 dias dos 131 países analisados. Isso acontece principalmente em virtude de um emaranhado de exigências e a falta de definição de áreas de competências entre os organismos públicos responsáveis pelas liberações.